



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões e preencher Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Trabalho infantil: prós e contras.

Darcy Ribeiro, um dos mais originais e polêmicos pensadores do Brasil, não admitiria a alternativa que está no título deste artigo. Para ele, trabalho não era opção para as crianças: só deveria haver a obrigatoriedade da escola, da boa escola, em período integral e com duas refeições diárias. Estava pensando em atender amplamente as necessidades dos meninos e meninas carentes – parcela significativa da infância brasileira. Mas enquanto o sonho de Darcy não se torna realidade, o debate continua.

A favor do trabalho infantil estão aqueles que, considerando a inviabilidade de qualquer outra solução imediata, preferem evitar o mal maior – o do abandono e da delinquência de nossas crianças –, contornando-o com a permissão oficial de integração do menor no mercado de trabalho. Regulamentados por lei o horário máximo e as condições mínimas de adequação ao universo da criança, as empresas seriam encorajadas a admitir, treinar e a ajudar a desenvolver os pequenos trabalhadores, facilitando-lhes, inclusive, o acesso a uma educação suplementar: cursos profissionalizantes, estágios, atualizações etc.

Contra o trabalho infantil alinham-se os que defendem tanto o encaminhamento obrigatório das crianças à escola como a interdição do aproveitamento delas em qualquer tipo de trabalho profissional, em qualquer caso. Ainda que a escola não venha a suprir a necessidade das refeições diárias completas, do uniforme doado e do banho tomado, ela representaria o compromisso mínimo da educação em meio período, do ambiente de socialização e da sempre oportuna merenda escolar. Caberiam aos pais, aos adultos, à sociedade em geral as providências para que se poupassem as crianças de qualquer outra atividade.

Ainda temos muito a caminhar: é olhar as ruas das grandes cidades para constatar que a realidade vem exibindo uma terceira – e a pior – via. A tragédia dos menores abandonados é de tal ordem que faz pensar na abrangência das propostas de Darcy Ribeiro, que são também, certamente, as mais justas. Rever, reexaminar, rediscutir suas propostas não é um retorno ao passado: é buscar atender as necessidades de um melhor futuro.

(Tarso de Cintra Meirelles, inédito)

1. A divergência entre os que admitem e os que não admitem o trabalho infantil está em que os primeiros, diferentemente dos segundos, acreditam que
 - (A) os cursos profissionalizantes têm melhor qualidade que os cursos convencionais.
 - (B) toda e qualquer inserção da criança no mercado de trabalho torna-la-á mais sociável.
 - (C) o trabalho, bem regulamentado e controlado, é vantajoso para os menores expostos à delinquência.
 - (D) o acesso das crianças ao ensino formal e gratuito deve ser viabilizado a qualquer custo.
 - (E) o trabalho, como pretendia Darcy Ribeiro, só deve ser exercido no caso extremo dos menores abandonados.
2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo, expõem-se os ideais de educação pelos quais se regem aqueles que desejam compatibilizar iniciação profissional da criança e ensino básico.
 - II. No segundo parágrafo, sugere-se que o acesso do menor trabalhador à educação suplementar deva ser obrigatório, tendo em vista o maior aperfeiçoamento intelectual da criança.
 - III. No terceiro parágrafo, imputa-se à sociedade como um todo a responsabilidade pela criação de condições que permitam à criança dedicar-se exclusivamente às atividades escolares.Em relação ao texto está correto APENAS o que se afirma em
 - (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.
3. Representam-se uma **causa** e seu **efeito**, respectivamente, na relação estabelecida entre estes segmentos:
 - (A) *Para ele, trabalho não era opção para as crianças / o debate continua* (1º parágrafo).
 - (B) *A favor do trabalho infantil / estão aqueles que preferem evitar o mal maior* (2º parágrafo).
 - (C) *Caberiam aos pais (...) / as providências para que se poupassem as crianças de qualquer outra atividade* (3º parágrafo).
 - (D) *(...) A tragédia dos menores abandonados é de tal ordem / que faz pensar na abrangência das propostas de Darcy Ribeiro* (4º parágrafo).
 - (E) *não é um retorno ao passado / é buscar atender as necessidades de um melhor futuro* (4º parágrafo).



4. Ao afirmar que Darcy Ribeiro *não admitiria a alternativa que está no título deste artigo*, o autor do texto deixa claro que, para esse grande e polêmico pensador,
- (A) não há qualquer possibilidade de se considerarem argumentos favoráveis ao trabalho infantil.
- (B) a alternativa correta estaria em considerar primeiramente os “contras”, e só depois os “prós”.
- (C) não pode haver qualquer prevenção ao se pensar nas opções para tirar das ruas as crianças desassistidas.
- (D) uma opção não exclui a outra, já que o trabalho infantil não elimina a possibilidade de escolarização.
- (E) ambas as opções são irrealistas, uma vez que o moderno mercado de trabalho não absorve mão de obra infantil.
-
5. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento em:
- (A) *não admitiria a alternativa* (1º parágrafo) = não viabilizaria a alternância.
- (B) *interdição do aproveitamento delas* (3º parágrafo) = proibição de que se as torne disponíveis.
- (C) *inviabilidade de qualquer outra solução imediata* (2º parágrafo) = indisponibilidade de um paliativo emergencial.
- (D) *Contra o trabalho infantil alinham-se* (3º parágrafo) = vão ao encontro do trabalho infantil.
- (E) *compromisso mínimo da educação* (3º Parágrafo) = menor envolvimento nas atividades escolares.
-
6. Há um **deslize** na concordância verbal da seguinte frase:
- (A) Não se devem abrir às crianças, sejam elas pobres ou não, a opção entre estudar ou trabalhar.
- (B) Será que cabe apenas aos governantes tomar medidas que impeçam a exploração profissional dos menores?
- (C) Destacam-se, entre os argumentos já levantados contra o trabalho infantil, os que defendeu Darcy Ribeiro.
- (D) Aos que não desejam alinhar-se contra o trabalho infantil resta combater em nome dos ideais de Darcy Ribeiro.
- (E) Sempre haverá, por esta ou aquela razão, os que defendem a inserção das crianças pobres no mercado de trabalho.
-
7. Trabalho infantil? Há quem considere o trabalho infantil uma excrecência social, mas há também quem veja no trabalho infantil uma saída para muitas crianças, porque atribui ao trabalho infantil a vantagem de representar a inserção dos menores carentes.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) Ihe considere - Ihe veja - Ihe atribui
- (B) a ele considere - nele veja - atribui-no
- (C) o considere - nele veja - Ihe atribui
- (D) o considere - Ihe veja - o atribui
- (E) Ihe considere - o veja - Ihe atribui
-
8. Transpondo para a voz passiva a construção *Darcy Ribeiro (...) não admitiria a alternativa*, a forma verbal resultante será
- (A) teria sido admitida.
- (B) seria admitida.
- (C) teria admitido.
- (D) fora admitida.
- (E) haveria de admitir.
-
9. *Regulamentados por lei o horário máximo e as condições mínimas de adequação ao universo da criança, as empresas seriam encorajadas a admitir, treinar e a ajudar a desenvolver os pequenos trabalhadores, facilitando-lhes, inclusive, o acesso a uma educação suplementar: cursos profissionalizantes, estágios, atualizações etc.*
- Considerando-se a redação do texto acima, é correto afirmar que
- (A) uma alternativa correta para a expressão *adequação ao universo* seria *habilitação do universo*.
- (B) na expressão *facilitando-lhes*, o pronome sublinhado refere-se tanto a *empresas* como a *pequenos trabalhadores*.
- (C) o termo *inclusive* está empregado com o sentido de **sobretudo** ou **sobremaneira**.
- (D) o sinal de dois-pontos abre uma enumeração de elementos que particularizam o sentido de *educação suplementar*.
- (E) seria imprescindível o emprego de uma vírgula depois do vocábulo *atualizações*.
-
10. *Mas enquanto o sonho de Darcy não se torna realidade, o debate continua.*
- Os termos sublinhados exercem na frase acima a mesma função sintática do termo sublinhado em:
- (A) *Ainda temos muito a caminhar.*
- (B) *Para ele, trabalho não era opção para as crianças.*
- (C) *Caberiam aos pais as providências (...)*
- (D) *Ainda que a escola não venha a suprir a necessidade (...)*
- (E) *A tragédia dos menores abandonados é de tal ordem (...)*



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Pelas ruas de Gênova, lá vamos nós

Durante os protestos contra o G-8 (grupo que abrange os sete países mais ricos do mundo mais a Rússia), reunido em Gênova, a imprensa europeia entrevistou políticos da esquerda oficial e veteranos de 1968. Vários aproveitaram a oportunidade para lamentar, nesses novos manifestantes, a falta de “verdadeiros” projetos de sociedade. “São carentes de propostas políticas, crescerão”, disse Mario Capanna, que foi líder do movimento estudantil de Milão em 68. Engraçado: sob a direção de Capanna, o movimento, na época, foi declaradamente stalinista. Se essa for a “proposta política” que falta, melhor que os “carentes” não cresçam mesmo.

Prefiro evitar as nostalgias e reconhecer que aos manifestantes de Gênova não falta nada. Ao contrário, graças à sua diversidade confusa ou mesmo atrapalhada, talvez eles representem, da melhor maneira possível, o estado de espírito de muitos que estão, hoje, social e politicamente insatisfeitos.

De fato, parece-me que poderia manifestar-me com cada um dos componentes dessa massa contestária. Os grupos diversos e, às vezes, opostos levaram pelas ruas de Gênova diferentes fragmentos de meus humores reformistas ou revoltados.

Olhe só. O resto de minhas esperanças socialistas desfila com a esquerda clássica italiana, em versão social-democrata. Identifico-me com os ecologistas puros e duros, mais preocupados com o planeta do que com as mazelas dos homens. Posso ter um coração caritativo, animado por paixões missionárias contra a fome e as doenças do mundo. E sobra-me uma raiva que deve valer a dos mais radicais movimentos anarquistas, de pedras na mão.

(Adaptado de Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**)

11. No título do texto, inclui-se o autor entre os que seguem pelas ruas de Gênova: *lá vamos nós*. Tal inclusão deve-se ao fato de o autor

- (A) também discordar dos manifestantes, aos quais faltam propostas políticas.
- (B) querer assumir sua clara objeção a todas as posições assumidas pelo G-8.
- (C) alinhar-se com a posição unanimemente assumida pelos manifestantes.
- (D) aderir à representativa pluralidade de posições dos jovens insatisfeitos.
- (E) ainda comungar com as velhas ideologias socialistas da esquerda clássica.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O autor prefere que os “carentes” não cresçam mesmo (1º parágrafo) porque está supondo que **crescer**, naquela situação, poderia significar assumir propostas políticas rígidas, como as dos antigos stalinistas.
- II. Ao confessar *Prefiro evitar as nostalgias* (2º parágrafo), o autor demonstra não ter qualquer interesse em se identificar com as críticas do antigo líder estudantil Mario Capanna.
- III. A expressão *diversidade confusa* (2º parágrafo), aplicada aos manifestantes de Gênova, é reforçada no segmento *grupos diversos e, às vezes, opostos* (3º parágrafo).

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) III, somente.

13. Tudo o que vem arrolado no último parágrafo do texto justifica e exemplifica uma afirmação anterior, na qual o autor

- (A) pretende evitar a assunção de posições políticas antigas e confusas.
- (B) compara os jovens reformistas e revoltados aos antigos stalinistas.
- (C) aproxima suas convicções fragmentárias das da massa contestária.
- (D) se diz identificado com as posições assumidas pelos veteranos de 68.
- (E) manifesta seu desejo de assumir posições políticas mais unificadas.

14. Pode-se substituir, sem prejuízo para a correção e o sentido do texto, o segmento sublinhado em

- (A) grupo que abrange os sete países mais ricos por **onde se abarcam**.
- (B) são carentes de propostas políticas por **imunes a**.
- (C) sob a direção de Capanna o movimento (...) foi declaradamente stalinista por **em cuja direção**.
- (D) Ao contrário, graças à sua diversidade confusa por **em que pese a**.
- (E) E sobra-me uma raiva que deve valer a dos mais radicais movimentos por **talvez equivalha à**.



15. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na seguinte frase:
- (A) Enquanto se davam os protestos contra o G-8, a imprensa entrevistara políticos de esquerda cuja atuação marcou o ano de 1968.
 - (B) Mario Capanna liderara o movimento estudantil e cobrava agora, dos jovens que se manifestavam, maior clareza nas posições políticas.
 - (C) O antigo líder estudantil, que se caracterizou por uma posição stalinista, notara que os jovens manifestantes não assumissem novas propostas.
 - (D) Também eu, afirmou o autor, posso manifestar-me com cada um dos que compusessem essa massa contestária que desfila pelas ruas genovesas.
 - (E) O autor deixou claro que há ecologistas cujas posições se caracterizariam pela rigidez e radicalismo com que fizessem suas reivindicações.
16. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar obrigatoriamente uma forma do **plural** para preencher com correção a lacuna da frase:
- (A) Estão sendo ditas muitas coisas e (**ter**) havido muitos protestos durante esses dias de manifestações, em Gênova.
 - (B) (**faltar**) a todos esses jovens manifestantes, segundo os velhos líderes estudantis, maior solidez nas reivindicações políticas.
 - (C) Não (**ocorrer**) ao ex-líder estudantil Mario Capanna, em seu pronunciamento, as lembranças de quando era um rígido stalinista?
 - (D) Não (**competir**) aos velhos políticos de esquerda avaliar com maior isenção as atitudes dos jovens contestadores?
 - (E) (**estar**) nas teses confusas dos jovens manifestantes a razão mesma dos sentimentos de adesão e simpatia que o autor confessa ter por eles.
17. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Faltariam a esses novos manifestantes, projetos de sociedade, na opinião do antigo líder estudantil milanez, Mario Capanna, até hoje lembrado, por suas posições stalinistas.
 - (B) Mario Capanna – antigo líder estudantil, de orientação stalinista julga que os manifestantes de hoje carecem de maior clareza política – com o que não concorda o autor do texto.
 - (C) Fica evidente no texto, que o autor não tem, e talvez nunca tenha tido simpatia pelas antigas posições stalinistas defendidas, com paixão, pelo então líder estudantil, Mario Capanna.
 - (D) Ex-líder estudantil, conhecido por suas posições políticas inflexíveis, Mario Capanna fez vários pronunciamentos, a maioria desabonadores, sobre as manifestações desses jovens.
 - (E) É bem possível, sugere o autor do texto, que o ex-líder estudantil Mario Capanna, tenha se pronunciado, de forma tão agressiva contra os jovens manifestantes, por conta de sua velha inflexibilidade política.
18. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto.
- (A) Muitas vezes as velhas posições políticas se tornam tão rígidas que aquele que as defende costuma acusar nos demais não serem tão inflexíveis.
 - (B) A falta de flexibilidade política de antigos líderes leva-os a posições tão radicais que sequer vislumbram a possível coerência de posições outras.
 - (C) O autor achou preferível que, em vez de criticar a falta de projetos de sociedade naqueles jovens, a avaliar a pluralidade de suas posições.
 - (D) Aqueles que julgam inconsequentes os jovens em sua posição política, deveriam de reconhecer que eles constituem nossa perplexidade moderna.
 - (E) Foi riqueza, e não carência de propostas que o autor surpreendeu em meio a massa contestária de jovens, aos quais ele não deixou de se identificar.
19. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) As propostas políticas, de cuja falta sentiu Mario Capanna, eram, na verdade, inúmeras e contrastantes.
 - (B) As posições dos jovens manifestantes, das quais o autor se congratulou, eram as mais díspares possíveis.
 - (C) As ruas de Gênova, onde se fixaram grupos de manifestantes, ganharam uma nova animação.
 - (D) Os restos de esperanças socialistas, por cujas o autor já demonstrara simpatia, misturam-se a outras convicções.
 - (E) Os impulsos missionários, de que o autor não se mostra carente, poderiam levá-lo a combater a fome do mundo.
20. Quanto ao emprego das formas verbais e ao tratamento pessoal, está plenamente correta a frase:
- (A) Vai, junta-te àquele grupo de manifestantes e depois dize-me o que achaste.
 - (B) Ide, juntem-se àquele grupo de manifestantes e depois dizei-me o que achastes.
 - (C) Queremos que Vossas Senhorias vos junteis àquele grupo de manifestantes e depois digai-nos o que acharam.
 - (D) Queremos que Suas Excelências juntai-vos àquele grupo de manifestantes e depois dizei-nos o que achásseis.
 - (E) Senhores, vão juntar-se àquele grupo de manifestantes e depois dizei-nos o que acharam.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. No tocante aos Direitos Políticos, considere as assertivas abaixo.

- I. Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- II. É condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- III. O militar alistável é elegível. Se contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- IV. A ação de impugnação de mandato tramitará independentemente de segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

22. Com relação à Organização Político-Administrativa, é correto afirmar que:

- (A) em regra é permitido à União criar distinções entre brasileiros durante o processo de incorporação de Estados para a formação de novos Estados.
- (B) os Estados não podem desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, salvo se houver previsão em Lei Estadual que deverá ser aprovada concomitantemente pelas Assembleias Legislativas dos Estados diretamente interessados.
- (C) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por Lei Federal, dentro do período determinado por Lei Municipal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
- (D) em regra os Estados podem subdividir-se para se anexarem a outros Estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e das Assembleias Legislativas dos Estados, por Leis Estaduais.
- (E) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

23. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também,
- (A) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
 - (B) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 - (C) a administração fazendária e seus servidores fiscais não terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
 - (D) a autarquia será criada por lei complementar, cabendo à lei ordinária federal definir as áreas de sua atuação.
 - (E) as administrações tributárias dos Municípios, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos secundários para a realização de suas atividades e atuarão de forma desintegrada.

24. Em referência aos Servidores Públicos, é correto afirmar que:

- (A) a Lei da União disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, sendo vedada a aplicação no desenvolvimento de programa de racionalização do serviço público.
- (B) a União manterá escola de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, sendo que a promoção na carreira independe de participação nos cursos.
- (C) os Ministros de Estado serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, sendo permitido o acréscimo de abono e verba de representação.
- (D) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- (E) a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura, as peculiaridades dos cargos.

25. É INCORRETO afirmar que o processo legislativo compreende a elaboração de

- (A) medidas provisórias.
- (B) leis delegadas.
- (C) provimentos.
- (D) decretos legislativos.
- (E) resoluções.

26. Sobre o Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- (A) um terço dos lugares dos Tribunais dos Estados será composto de membros do Ministério Público com mais de cinco anos de carreira.
- (B) lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
- (C) aos juízes é permitido dedicar-se à atividade político-partidária.
- (D) compete aos tribunais, concorrentemente com a União, propor a criação de novas varas judiciárias.
- (E) pelo voto de no mínimo um quinto de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.



<p>27. Na categoria de servidores públicos incluem-se os</p> <p>(A) empregados públicos, os servidores das empresas públicas, os empregados das concessionárias de serviço público.</p> <p>(B) servidores estatutários, os servidores temporários, os militares.</p> <p>(C) militares, os servidores temporários, os agentes políticos.</p> <p>(D) servidores estatutários, os empregados públicos, os servidores temporários.</p> <p>(E) servidores estatutários, os servidores das empresas públicas, os servidores temporários.</p>	<p>31. Ao pregão eletrônico (Decreto nº 5.450/2005), aplica-se, dentre outras, a seguinte regra:</p> <p>(A) A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de dois anos, vedada recondução, ou para licitação específica.</p> <p>(B) No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio não poderão ser desempenhadas por militares.</p> <p>(C) A licitação na modalidade de pregão eletrônico não se aplica às contratações de obras de engenharia nem às locações imobiliárias.</p> <p>(D) Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário do local onde se realiza o pregão, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.</p> <p>(E) Até cinco dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.</p>
<p>28. Os princípios da ampla defesa e do contraditório</p> <p>(A) são garantidos por Lei Complementar especialmente editada para esse fim.</p> <p>(B) são inerentes aos processos judicial e administrativo.</p> <p>(C) só se aplicam aos processos judiciais na área penal e na área civil.</p> <p>(D) não se aplicam aos processos administrativos não-punitivos.</p> <p>(E) não se aplicam em nenhuma espécie de processo administrativo.</p>	<p>32. Em tema de Direito de Petição assegurado ao servidor público nos termos da Lei n. 8.112/90, considere:</p> <p>I. O direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo é imprescritível.</p> <p>II. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.</p> <p>III. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.</p> <p>IV. Caberá recurso, dentre outras hipóteses, do deferimento de pedido de reconsideração sucessivamente interposto.</p> <p>V. O prazo para a interposição de recurso é de quinze dias, a contar do ato que deferiu ou indeferiu o pedido de reconsideração.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) IV e V.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II, III e V.</p>
<p>29. Pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de auto-administração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo, é conceito de</p> <p>(A) autarquia.</p> <p>(B) fundação pública.</p> <p>(C) consórcio público.</p> <p>(D) sociedade de economia mista.</p> <p>(E) empresa pública.</p> <p>30. A fase externa do pregão presencial (Lei nº 10.520/2002) será iniciada com a convocação dos interessados e observará, dentre outras, à seguinte regra:</p> <p>(A) O acolhimento de recurso interposto por qualquer licitante importará a invalidação de todo o processo licitatório.</p> <p>(B) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será superior a oito dias úteis.</p> <p>(C) Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, independentemente dos prazos para fornecimento, das especificações técnicas e dos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.</p> <p>(D) Do aviso de convocação constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dia e horário da sessão pública, e a íntegra do edital.</p> <p>(E) No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.</p>	<p>33. Nos termos da Lei nº 8.112/90, ao servidor público civil é proibido, dentre outras hipóteses,</p> <p>(A) participar de sociedade privada na qualidade de comanditário, salvo como gerente ou administrador.</p> <p>(B) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.</p> <p>(C) retirar, sem anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.</p> <p>(D) dar fé a documentos públicos.</p> <p>(E) promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.</p>



34. A pena de suspensão do servidor público, conforme a Lei nº 8.112/90,
- (A) não poderá exceder de cento e vinte dias, salvo na hipótese de abandono de cargo ou improbidade administrativa.
 - (B) não poderá ser convertida em pena de multa, salvo no caso de inassiduidade habitual.
 - (C) será de até quinze dias, quando injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente.
 - (D) terá seu registro suspenso, após o decurso de três anos no cargo, se o servidor não houver nesse período, praticado nova infração passível de suspensão.
 - (E) e a ação disciplinar pela prática de crime de corrupção, prescreverão em cinco anos, contados da data do fato.
35. Quanto à competência para os procedimentos previstos na Lei nº 9.784, que define normas para o processo administrativo no âmbito federal, é correto que:
- (A) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
 - (B) não será permitida a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior, salvo de atribuição de órgão superior.
 - (C) dentre outros, podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
 - (D) o ato de delegação de competência é irrevogável, salvo motivo justificado pela autoridade delegante ou quando declinada a delegação pela autoridade delegada.
 - (E) inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
36. Quanto à instrução do processo administrativo objeto da Lei nº 9.784/99, é INCORRETO que
- (A) antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.
 - (B) em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
 - (C) encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.
 - (D) após encerrada a fase instrutória, o interessado não mais poderá juntar documentos, requerer diligências, perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo, ainda que não tenha sido proferida a sentença.
 - (E) os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.
37. Em tema de improbidade administrativa, é correto afirmar que
- (A) o particular, ainda que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade, não pode ser sujeito ativo do mesmo, somente o funcionário público investido em cargo público.
 - (B) a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/92, depende, dentre outras situações, da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
 - (C) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público está sujeito ao pagamento do prejuízo até o limite de um terço do valor da herança.
 - (D) o agente público que se recusar a prestar declaração de bens quando da sua posse e exercício, será punido com a pena de demissão a bem do serviço público.
 - (E) a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos poderá ser cautelarmente determinada antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
38. Instaurado pela Comissão de Ética o processo investigatório previsto na Resolução nº 75/09 do TRT-7ª Região, o investigado terá o prazo de
- (A) cinco dias para formalizar sua contestação e indicar as testemunhas que pretende ouvir, contados a partir da publicação da portaria inaugural e, após a fase instrutória, será concedido ao servidor o prazo de sete dias para apresentar razões finais de defesa.
 - (B) quinze dias para formalizar sua defesa prévia e indicar as provas que pretende produzir, contados a partir da sua notificação e, após a fase instrutória, será concedido ao servidor o prazo de cinco dias para apresentar razões finais de defesa.
 - (C) sete dias para formalizar sua defesa prévia e indicar as provas que pretende realizar, contados a partir da sua citação pessoal e, após a fase de contestação, será concedido ao servidor o prazo de oito dias para apresentar sua contestação.
 - (D) dez dias para formalizar suas alegações finais e indicar as provas e testemunhas que pretende ouvir, contados a partir da data da portaria inaugural e, após a fase de contestação, será concedido ao servidor o prazo de quinze dias para apresentar sua defesa prévia.
 - (E) nove dias para formalizar suas alegações finais e indicar as provas que pretende produzir, contados a partir da sua citação pessoal e, após a fase de defesa prévia, será concedido ao servidor o prazo de sete dias para apresentar contestação de defesa.
39. A respeito da vigência da lei, em Direito Civil, pode-se afirmar que
- (A) a lei nova que estabeleça disposições especiais a par das já existentes não revoga nem modifica a lei anterior.
 - (B) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
 - (C) não se consideram lei nova as correções a texto de lei já em vigor.
 - (D) a lei revogada, salvo disposição em contrário, se restitua se a lei nova tiver perdido a vigência.
 - (E) a lei começa a vigorar em todo o país, na data em que foi oficialmente publicada.



40. NÃO se inclui dentre as causas que interrompem a prescrição
- (A) qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
- (B) o despacho do juiz incompetente que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- (C) a apresentação, pela segunda vez, do título de crédito em concurso de credores.
- (D) o protesto cambial.
- (E) o despacho do juiz competente que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
-
41. A respeito das modalidades das obrigações, é correto afirmar que
- (A) nas obrigações alternativas, se uma das duas prestações se tornar inexequível, subsistirá o débito quanto à outra.
- (B) se extingue a obrigação de não fazer se, por culpa do devedor, se lhe tornar impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- (C) nas obrigações divisíveis, havendo dois ou mais devedores, cada um será obrigado pela dívida toda.
- (D) nas obrigações de fazer, o credor, mesmo em caso de urgência, depende de autorização judicial para executar ou mandar executar o fato, quando houver recusa ou mora do devedor.
- (E) a obrigação solidária não pode ser pura e simples para um dos co-devedores e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para outro.
-
42. Aquele que demandar por dívida já paga, ficará obrigado a pagar ao devedor
- (A) a metade do que houver cobrado, se tiver agido de boa-fé.
- (B) o equivalente ao que houver cobrado, independentemente de ter agido de boa-fé.
- (C) o equivalente ao que houver cobrado, se tiver agido de boa-fé.
- (D) o dobro do que houver cobrado, independentemente de ter agido de boa-fé.
- (E) o dobro do que houver cobrado, salvo se tiver agido de boa-fé.
-
43. Considere abaixo os regimes de bens no casamento.
- I. Comunhão universal.
- II. Separação obrigatória.
- III. Separação convencional.
- IV. Comunhão parcial.
- De acordo com o Código Civil, não podem os cônjuges contratar sociedade entre si se casados sob o regime de bens indicado APENAS em
- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.
-
44. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada. Se o autor apelar
- (A) o juiz, sem possibilidade de reconsideração da decisão, determinará a citação do réu para responder ao recurso e, posteriormente, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente.
- (B) é facultado ao juiz decidir, no prazo de quarenta e oito horas, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação e, caso seja mantida a sentença, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente, sem a citação do réu para responder ao recurso.
- (C) é facultado ao juiz decidir, no prazo de cinco dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação e, caso seja mantida a sentença, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente, sem a citação do réu para responder ao recurso.
- (D) é facultado ao juiz decidir, no prazo de cinco dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação e, caso seja mantida a sentença, será ordenada a citação do réu para responder ao recurso.
- (E) é facultado ao juiz decidir, no prazo de quarenta e oito horas, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação e, caso seja mantida a sentença, será ordenada a citação do réu para responder ao recurso.
-
45. Considere as assertivas abaixo sobre a Lei de Execução Fiscal.
- I. Não sendo embargada a execução, no caso de garantia prestada por terceiro, será este intimado, sob pena de contra ele prosseguir a execução nos próprios autos, para, no prazo de trinta dias remir o bem, se a garantia for real.
- II. Em qualquer fase do processo, será deferida pelo juiz ao executado a substituição da penhora por depósito em dinheiro ou fiança bancária.
- III. Recebidos os embargos, o juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de quinze dias, designando, em seguida, se o caso, audiência de instrução e julgamento.
- IV. Na execução fiscal não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.
- É correto o que se afirma APENAS em:
- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e III.



46. Em regra, o prazo para interpor e responder o recurso ordinário, de acordo com o Código de Processo Civil, é de
- (A) cinco dias.
 - (B) dez dias.
 - (C) quinze dias.
 - (D) trinta dias.
 - (E) vinte dias.
47. NÃO é considerado bem absolutamente impenhorável, de acordo com o Código de Processo Civil,
- (A) recurso público do fundo partidário recebido, nos termos da lei, por partido político.
 - (B) a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 salários mínimos.
 - (C) o seguro de vida.
 - (D) o ganho de trabalhador autônomo e o honorário de profissional liberal.
 - (E) o material necessário para as obras penhoradas, que estejam em andamento.
48. Considere as assertivas abaixo sobre os requisitos e efeitos da sentença.
- I. A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos, ainda se estiver pendente arresto de bens do devedor.
 - II. Se aquele que se comprometeu a concluir um contrato não cumprir a obrigação, a outra parte, sendo isso possível e não excluído pelo título, poderá obter uma sentença que produza o mesmo efeito do contrato a ser firmado.
 - III. Tratando-se de contrato que tenha por objeto a transferência da propriedade de coisa determinada, ou de outro direito, a ação não será acolhida se a parte que a intentou não cumprir a sua prestação, nem a oferecer, nos casos e formas legais, salvo se ainda não exigível.
 - IV. Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação e, tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade caberá sempre ao credor individualizá-la na petição inicial.
- De acordo com o Código de Processo Civil, é correto o que se afirma APENAS em:
- (A) I, II e IV.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II e III.
 - (E) I e IV.
49. O Juiz, de conformidade com o Código de Processo Civil,
- (A) sempre poderá decidir um litígio por equidade.
 - (B) está proibido de exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário quando nele estiver postulando, como advogado da parte, qualquer parente seu, consanguíneo ou afim na linha colateral até o segundo grau.
 - (C) poderá se eximir de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei.
 - (D) é considerado suspeito para exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.
 - (E) é considerado suspeito para exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário em que funcionou como órgão do Ministério Público.
50. Marta é empregada doméstica e trabalha na residência de Joana há quinze meses. Joana é empregada na empresa X há dezesseis meses, exercendo a função de secretária executiva. Marta e Joana estão grávidas de dois meses. Em regra, com relação à Joana e Marta, é correto afirmar que é vedada a dispensa sem justa causa
- (A) apenas de Joana, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, e Joana possui o direito de gozar trinta dias corridos de férias e Marta 20 dias úteis.
 - (B) apenas de Joana, desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto, mas ambas possuem o direito de gozar trinta dias corridos de férias.
 - (C) de ambas as empregadas, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, mas Joana possui o direito de gozar trinta dias corridos de férias e Marta 20 dias úteis.
 - (D) de ambas as empregadas, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, bem como que elas possuem o direito de gozar trinta dias corridos de férias.
 - (E) de ambas as empregadas, desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto, bem como que elas possuem o direito de gozar trinta dias corridos de férias.
51. Com relação às férias é INCORRETO afirmar:
- (A) Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a dez dias corridos.
 - (B) Quando o salário for pago por tarefa tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo do direito a férias, aplicando-se o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias.
 - (C) Em regra, se o empregado recebe utilidades, devem estas fazer parte da remuneração das férias.
 - (D) Após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a vinte e quatro dias corridos de férias, quando houver tido de seis a catorze faltas injustificadas.
 - (E) As gratificações anuais, semestrais, ou trimestrais integram o cálculo da remuneração das férias.



52. Considere as assertivas abaixo a respeito do adicional de transferência.
- I. Em regra, o adicional de transferência será de, no mínimo, 25% sobre o salário que o empregado percebia na localidade.
 - II. O fato do empregado exercer cargo de confiança ou a existência de previsão de transferência no contrato de trabalho não exclui o direito ao adicional, quando a transferência for provisória.
 - III. Tem o adicional de transferência natureza salarial e não indenizatória, tanto assim que é considerado para o cálculo de outras verbas.
 - IV. O adicional de transferência é devido tanto na transferência provisória como na transferência definitiva.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II, III e IV.
-
53. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de
- (A) ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.
 - (B) famílias, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de três famílias.
 - (C) ocupantes, vedada, somente para os casos de unidade habitacional de um dormitório, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.
 - (D) famílias, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de duas famílias.
 - (E) ocupantes, vedada, somente para os casos de unidade habitacional de até dois dormitórios, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.
-
54. Com relação a jornada de trabalho, se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa,
- (A) as horas *in itinere* remuneradas abrangem a totalidade do trajeto percorrido pelo empregado, mas serão pagas com acréscimo de 25% sobre a hora normal de trabalho.
 - (B) as horas *in itinere* remuneradas abrangem a totalidade do trajeto percorrido pelo empregado.
 - (C) não é devido qualquer valor a título de horas *in itinere*, tendo em vista o fornecimento da condução pelo empregador.
 - (D) não é devido qualquer valor a título de horas *in itinere*, tendo em vista a existência de transporte público regular em parte do trajeto percorrido pelo empregado.
 - (E) as horas *in itinere* remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.
-
55. Mário labora em empresa de telecomunicações e Joana labora em empresa de transporte de valores. Para que a categoria de Mário e Joana exerçam o direito de greve, deverá o sindicato patronal ou o empregador ser comunicado com antecedência mínima de
- (A) 48 horas e 24 horas, respectivamente.
 - (B) 72 horas e 48 horas, respectivamente.
 - (C) 72 horas.
 - (D) 48 horas.
 - (E) 24 horas.
-
56. Joana e Joaquim estudavam em Londres, quando foram contratados pela empresa multinacional "D" para laborarem em Salvador. Posteriormente, ambos os empregados foram promovidos e passaram a laborar em Fortaleza, local onde foram dispensados sem justa causa. Considerando que, a matriz da empresa empregadora no Brasil é na cidade de Belo Horizonte; que Joana e Joaquim foram contratados pela filial da empresa empregadora em Londres; que Joana é residente e domiciliada em São Paulo; e que Joaquim é residente e domiciliado no Rio de Janeiro. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em regra, será competente para apreciar a demanda trabalhista proposta por Joana e Joaquim
- (A) a Vara do Trabalho de Salvador.
 - (B) o órgão competente na cidade de Londres – Inglaterra.
 - (C) as Varas do Trabalho de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.
 - (D) a Vara do Trabalho de Fortaleza.
 - (E) a Vara do Trabalho de Belo Horizonte.
-
57. O marco divisor quanto a ser, ou não, controvertida, nos Tribunais, a interpretação dos dispositivos legais citados na ação rescisória é a data da
- (A) inclusão, entre as Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, da matéria discutida.
 - (B) inclusão, na Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, da matéria discutida.
 - (C) inclusão, entre as Súmulas do Supremo Tribunal Federal, da matéria discutida.
 - (D) publicação do último acórdão com a matéria discutida de uma Turma, divergente do posicionamento jurisprudencial das demais Turmas do respectivo tribunal.
 - (E) publicação do último acórdão com a matéria discutida proferido pelo Plenário do respectivo Tribunal, divergente do posicionamento jurisprudencial de suas Turmas.



58. Em uma reclamação trabalhista a empresa X e a empresa Y foram condenadas solidariamente em R\$ 50.000,00. Ambas as empresas pretendem interpor Recurso Ordinário. Considerando que nenhuma das empresas requereu a exclusão da lide, para a interposição do referido recurso as custas processuais serão de
- (A) R\$ 1.000,00, sendo que o depósito recursal efetuado por uma das empresas será aproveitado pela outra para a interposição de Recurso Ordinário.
 - (B) R\$ 500,00, sendo que o depósito recursal efetuado por uma das empresas será aproveitado pela outra para a interposição de Recurso Ordinário.
 - (C) R\$ 500,00, sendo que o depósito recursal efetuado por uma das empresas não poderá ser aproveitado pela outra para a interposição de Recurso Ordinário, tratando-se de pressuposto processual personalíssimo.
 - (D) R\$ 1.000,00, sendo que o depósito recursal efetuado por uma das empresas não poderá ser aproveitado pela outra para a interposição de Recurso Ordinário, tratando-se de pressuposto processual personalíssimo.
 - (E) R\$ 1.500,00, sendo que o depósito recursal efetuado por uma das empresas não poderá ser aproveitado pela outra para a interposição de Recurso Ordinário, tratando-se de pressuposto processual personalíssimo.
59. O Recurso Adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de oito dias, nas hipóteses de interposição
- (A) apenas de Recurso Ordinário, de Revista e de Embargos, sendo pressuposto recursal indispensável que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
 - (B) de Recurso Ordinário, de Agravo de Petição, de Revista e de Embargos, sendo pressuposto recursal indispensável que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
 - (C) apenas de Recurso Ordinário, de Revista e de Embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
 - (D) de Recurso Ordinário, de Agravo de Petição, de Revista e de Embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
 - (E) apenas de Recurso Ordinário e de Revista, sendo pressuposto recursal indispensável que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
60. O meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso é
- (A) o Mandado de Segurança sem pedido de antecipação de tutela.
 - (B) o Mandado de Segurança com pedido de antecipação de tutela.
 - (C) a Ação Cautelar.
 - (D) o Agravo de Instrumento.
 - (E) através de pedido liminar em Mandado de Segurança.